

# TERCEIRO ENCONTRO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA UNIÃO EUROPEIA-AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS

Cidade do México  
13-15 Abril 2004

## “DESIGUALDADES, EXCLUSÃO E COESÃO SOCIAL”

Há quase 40 anos que me dedico no meu país e na Europa ao fomento e dinamização das organizações da Sociedade Civil solidária e de voluntariado e economia social bem como da cooperação internacional para o desenvolvimento, designadamente quando fui Comissário para o Apoio à Transição de Timor Leste.

Como Vice-Presidente do CES português e membro efectivo do CESE tive o privilégio de, integrar durante anos\_o Grupo de Acompanhamento das Relações com o Mercosul e de participar nos dois anteriores Encontros das Sociedades Civis da U.E. e da A.L.C., no Rio e em Madrid.

Sinto-me, por isso, em casa e desejo saudar, com júbilo e emoção, que se tenha escolhido a coesão social como tema do III Encontro neste momento da história em que paradoxalmente **“o mundo enriquece, mas a pobreza não diminui”**, fazendo crescer a exclusão e tornando tão instável o mundo que se agravou a necessidade de uma urgente reforma tanto das grandes instituições mundiais (ONU, FMI, BM, OMC) como das concepções e dos métodos de protecção social e de cooperação internacional e das regras de governança, assim mundial como nacional.

E mais: saúdo que estejamos a tratar o tema numa perspectiva de maior envolvimento da sociedade civil organizada visando propostas concretas para políticas concretas a definir na próxima Cimeira Interregional da grande Cooperação atlântica.

Diz-me a experiência que a necessária interacção do **diálogo político** com o **diálogo social** e o **diálogo civil** reserva às instâncias e aos agentes da sociedade civil organizada (incluindo a família como muito bem já alguém aqui referiu) um papel de motor (corresponsável e decisivo) das grandes e urgentes opções em favor da inclusão social contra todas as formas desta escandalosa exclusão de tantos seres humanos relativamente à própria Humanidade, sua família natural e casa legítima.

Não careço nem desejo evocar aqui os números, estatísticas e percentagens do fenómeno. Eles estão bem patentes nos documentos preparatórios deste Encontro e nas várias intervenções que já aqui ocorreram.

Mas perante a realidade paradoxal que esses números denunciam, pergunto como *fazia*, há dias, um jovem e conceituado economista do meu país, num dos maiores Diários nacionais:

***“Se o país está mais rico, vive melhor e gasta muito mais no combate à pobreza como é que esta teima em permanecer?”***

E referindo a evolução do fenómeno também num país rico como os E.U.A. e na própria U.E., onde as economias crescem mas simultaneamente aumentam as desigualdades económicas, surgem novas formas de pobreza e persistem significativas bolsas de miséria, chamou-lhe ***“o mistério da pobreza”***, mistério que, segundo ele, põe em causa os próprios dogmas da ciência económica, convidando à humildade políticos e economistas.

Por mim, visto do lado da Sociedade Civil, o *“mistério”* da pobreza (que é drama dos pobres e devia ser incómodo dos ricos) está em que os ricos não a consideram problema seu e, portanto, não a **estudam** (investigam) em todas as suas dimensões e causas, não a previnem nem parecem acreditar que seja possível erradicá-la.

Com raras excepções, mesmo os que, por viverem então na pobreza, a tinham como prioridade e (por política, trabalho ou sorte) conseguiram sair dela não têm agora como prioridade que os outros também saiam.

Ora as entidades da Sociedade Civil Organizada, normalmente motivadas pelos sentimentos que a proximidade da pobreza e a convivência com ela lhes provoca ou pela motivação (religiosa, humanista, filosófica ou outra) da sua intervenção e cultura institucional estão (em função da própria proximidade e solidariedade) mais aptos a porem o seu conhecimento e contacto directo com a realidade, a sua flexibilidade de actuação, e sobretudo o seu espírito de missão, ao serviço de políticas expressas de inclusão social, superando os distanciamentos (quando não alheamentos) de políticos e macroeconomistas, para quem as lógicas do sistema e os resultados técnicos contam mais que o escândalo das desigualdades e exclusões sociais.

À Sociedade Civil e às suas organizações (incluindo **os CES e similares**) compete (e urge) antes de mais combater os fenómenos de encobrimento e desconhecimento de tanta miséria, inigualdade e exclusão, denunciando-os e dando-lhes visibilidade (como aconteceu em França com o relatório Wresinsky!), promovendo estudos e debates, estabelecendo formas de cooperação e propondo políticas, reclamando éticas e comportamentos e estimulando compromissos que envolvam

o todo dos governos e administrações locais, dos empresários, sindicatos e associações, numa perspectiva aberta de que a causa é de todos e as omissões pecado social colectivo.

Este próprio Encontro sinto-o como grito vivo, **“acordem, políticos distraídos; despertem, ricos instalados**: as desigualdades, a exclusão, estão à nossa porta e a pôr o mundo em perigo! O **“Pior cego é o que não quer ver – disse Cristo.” A pior violência à pobreza é ignorá-la ou encobri-la.**

*“Não colocar as necessidades humanas essenciais no centro de todas as políticas (económicas, sociais, culturais, de cooperação, etc.) é agravar as incapacidades da própria política e adensar o espectro desta tremenda violação de direitos humanos que é a pobreza generalizada, colocando qualquer ser humano no risco da exclusão e aumentando a multidão dos “náufragos do planeta” de improvável resgate atempado.*

A famosa *“opção preferencial pelos pobres”* proclamada em Puebla, aqui no México, e no Vaticano II, aliada à trilogia SOLIDARIEDADE/SUBSIDIARIEDADE/DESTINO UNIVERSAL DE TODOS OS BENS, de que, entre outros, se fez arauto o Papa João Paulo II, não perdeu, antes ganhou, urgência e acuidade.

Tal opção impõe-se. Não pela negativa ou pelo medo, de que *“ou os ricos tratam da saúde dos pobres ou os pobres tratam da saúde aos ricos”*. Mas, antes, pela positiva, ou seja, pela certeza de que dar prioridade (também política e orçamental) ao investimento na educação dos pobres, na sua saúde (e alimentação), na sua formação e enquadramento profissional é atenuar os incríveis custos (também económicos e ambientais) da pobreza e que o modelo crescimentista ainda dominante acarreta. Investir nos pobres (até os antigos mecenas o sabiam) é investir numa economia sã. Mas dar esmolas ou subsídios de miséria não é investir. Oportunidades sim, esmolas não.

É preciso mudar conceitos e inverter políticas, no sentido de se generalizar um **“modelo social” como o europeu** segundo o qual a coesão social é objectivo primeiro e condição essencial de toda a integração exigindo políticas que não secundarizem o social ao económico, nem sequer os separe ou distinga, mas tendam a reduzir ou eliminar as disparidades entre pessoas, regiões e países como fonte de progresso.

Não se trata apenas de desenvolver ou corrigir os sistemas de protecção social no combate à pobreza, mas de uma expressa e determinada incorporação do objectivo *“coesão social”* nas políticas correntes de desenvolvimento, incluindo, designadamente, as políticas de cooperação e de integração interregional. **O objectivo da integração não é o mercado, são os seres humanos.** O

motor tem de ser os **afectos** de humanidade, não os **interesses** de pessoas, grupos, povos e continentes.

Trata-se, por outro lado, de promover novas formas de **governança participativa**, em que não apenas a consulta mas a iniciativa originária das organizações da sociedade civil funcionem regularmente como componente essencial (e não como mero complemento) da democracia representativa.

Há, de facto, que ultrapassar, a bem de todos, o imenso **déficit democrático** (já não de expressão política, mas de participação comunitária) que herdámos e mantemos, designadamente quanto às políticas de inclusão e coesão social.

A democracia é mais que liberdade de pensamento e de expressão, de reunião, de culto ou de migração. Ela supõe e exige participação. É uma questão de sociedade e de cidadania, não é um assunto só de política. O déficit social é um déficit de cidadania e, portanto, de humanidade.

Por isso, a coesão e a luta pela inclusão não pode ser deixada só ao Estado.

Há que mudar mentalidades e culturas de governança. Assim como se torna necessário **alterglobalizar** ou promover outro tipo de globalização, também há que **altergovernar**, promovendo uma governança participada, que inclua a participação dos próprios excluídos.

Democracia implica participação. Onde há exclusão não há democracia

Onde há fome, miséria, pobreza (sobretudo a pobreza absoluta que **o Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD** ainda há poucos anos reconhecia que é possível ser erradicada em pouco mais de uma década) não há justiça, nem direito, nem humanidade. Há, (como dizia P. Joseph Wresinsky e se pode ler em múltiplas lápides incrustadas pelo *Quart Monde* nas ruas e praças das maiores cidades do mundo), a mais grave violação dos Direitos Humanos.

Ora para que haja participação que permita erradicar tal injustiça é preciso que os políticos do mundo acreditem e confiem nas instituições da Sociedade Civil Organizada (religiosas ou laicas, nacionais ou estrangeiras) e que estas se credibilizem junto deles actuando **localizadamente**, (directamente com as pessoas) agindo por razões de proximidade, humanização e, se possível, de afecto (Civilização do Amor...).

Independentemente do método e dos instrumentos de participação que, no respeito pelo princípio da subsidiariedade (que, há momentos, Garcia Caro: definia como "*cada um em sua casa e Deus em todas*"), cada país e região adoptar, o que considero essencial é que nesta grande luta pela inclusão haja cooperação **regular e regulada** entre o Estado e a Sociedade Civil Organizada e intercooperação entre as instituições da Sociedade Civil.

Mais: é essencial que no fomento dessa cooperação e no estabelecimento das suas regras se utilizem instrumentos e compromissos devidamente protocolados onde tenham também papel importante (e visível!) os CES ou equiparados em cada país e os Comitês em cada Região.

Do mesmo modo, há que valorizar a participação da **Economia Social**, cujas organizações importa envolver como instrumento de acesso de todos à actividade económico-social e de inserção de grupos **excluídos** pela via do chamado mercado social de emprego e das **empresas de inserção** e de **criação de emprego** nas áreas sociais e ambientais.

Aliás, a importância integradora da Economia Social foi inequivocamente reconhecida pelos Chefes de Estado e de Governo iberoamericanos em Santa Cruz de la Sierra.

De qualquer modo, para além de outras medidas para se incrementar a cooperação entre pessoas, iniciativas e organizações, a nível local e relativamente a todas os sectores, considero, por experiência própria, que é da maior pertinência e comprovada eficácia o estabelecimento de formas de cooperação e mútuo compromisso (protocolizada, formalizada, institucionalizada) entre o Estado (e demais agentes do diálogo político) e a Sociedade Civil Organizada quer para mútuo conhecimento de intenções e projectos, quer para planeamento conjugado de acção, quer ainda para execução entrelaçada e avaliação corresponsabilizante dos avanços ou recuos alcançados.

É neste sentido que trago à vossa colacção o que se considera uma *“BOA PRÁTICA”* adoptada, com sucesso, no meu país visando justamente a cooperação interna e interinstitucional frente aos problemas da coesão e da protecção social.

Refiro-me ao PACTO DE COOPERAÇÃO PARA A SOLIDARIEDADE, negociado durante largos meses e variadíssimas reuniões e assinado em Dezembro de 1996 entre o **Estado**, representado pelo 1º Ministro, com a presença dos Ministros da Segurança Social, do Trabalho e Emprego, da Saúde, da Educação e, claro, das Finanças, a **Administração Local**, representada pelos presidentes da A.N.M.P. (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) e da ANEFRA (Associação Nacional de Freguesias) e da **Sociedade Civil Solidária**, representadas pelos presidentes das 3 Uniões Nacionais do Sector Social, representadas pelos seus presidentes, a saber, da União das Misericórdias, União das Mutualidades, União das I.P.S.S. (Instituições Particulares de Solidariedade Social), sendo que o próprio Pacto é aberto à assinatura de outras entidades de âmbito nacional que se justifique e o desejem fazer.

Ora este PACTO, é um instrumento solene, verdadeiro compromisso solene de corresponsabilização e de mobilização nacional, ao qual atribuímos dignidade quase paraconstitucional ou ao menos de paradigma para as leis ordinárias e para os procedimentos da

Administração e das Instituições, é acompanhado na sua execução por uma Comissão Nacional de Acompanhamento e Avaliação, presidida por um Ministro em representação do 1º Ministro, e integra os Ministros dos Sectores mais ligados à área da solidariedade e da coesão social bem como os Presidentes das duas Associações Nacionais do poder local e os três Presidentes das Uniões Nacionais da Sociedade Civil Solidária.

Este **Pacto** serve de modelo enquadrador de todos os **Protocolos e Acordos de Cooperação** que os diversos Departamentos e Órgãos do Estado protocolarem com qualquer das entidades da Sociedade Civil e rege-se pelos seguintes **5 princípios** essenciais para que a participação da Sociedade Civil Organizada seja eficaz:

princípio da **autonomia** (assente no respeito da identidade das Instituições e na aceitação de que, salvaguardando o cumprimento da legislação aplicável, aquelas exercem as suas actividades por direito próprio e inspirados no respectivo quadro axilógico); princípio do **reconhecimento** da natureza e fins das instituições mediante avaliação das suas finalidades e condições de actuação; princípio da **subsidiariedade** preferenciando que os problemas **sociais** possam ser resolvidos pelas entidades que se encontrem mais próximas dos cidadãos; princípio do **planeamento** com um plano social que vincula a Administração Central, Regional e Local e as Instituições da Sociedade Civil e, finalmente, o princípio da **participação** que implica o envolvimento de todas aquelas entidades e sectores na concepção, planificação, execução e avaliação das políticas sociais ao nível nacional, regional e local.

Julgo que numa Região com as características e a tradição da A.L.C. para o ingente esforço de cooperação tanto interna de cada país, como intrarregional e, no caso da Europa, interregional, seria de grande força pedagógica e efeito de demonstração não despidendo **pensar-se em algo de semelhante**.

E porque não também, por exemplo, fomentando ou priorizando (privilegiando) que as candidaturas a apoios estruturais da U.E à A.L.C. sejam apresentados em parceria ou cooperação com organizações congéneres da sociedade civil europeia, o que além do mútuo conhecimento permite partilha de experiências e fomento da integração e maior envolvimento das Sociedades Civil na governança da cooperação internacional?

Na minha modesta opinião (que porventura nem todos partilham) os **CES e entidades equiparadas**, assumindo-se decididamente como fórum natural e espaço privilegiado do diálogo da Sociedade Civil, deverão, pelas formas mais variadas, assumir mais explicitamente a **Exclusão**, a **Desigualdade** e as várias formas de **Pobreza** como temas prioritários e objecto de iniciativas próprias

com audição e participação directa das organizações da Sociedade Civil Organizada e o específico envolvimento dos designados Grupos III e acompanhar a aplicação das várias Medidas e Fundos.

Os excluídos não podem continuar sem voz – nem sem participação. O seu fórum é a Sociedade Civil Organizada. Não a sociedade inorgânica que actua por impulsos, nas praças e comícios. Mas a organizada, a das organizações de proximidade e a dos CES, que as agregam.

Sempre, porém, atendendo a que a própria cooperação internacional, muito mais a vocacionada para o desenvolvimento sustentável, deve ser realizada **localizadamente**, isto é, tendo em atenção as prioridades locais, das pessoas e das comunidades em concreto, com respostas e soluções que correspondam às necessidades concretas de gente e tempo concreto, sem exportação quase inconscientemente colonialista de modelos e métodos.

Não é objectivo das instituições da Sociedade Civil Organizada europeia trazer as suas soluções à A.L.C., mas oferecer o estímulo e a cooperação solidária ao fortalecimento das organizações, do outro lado do Atlântico, e fornecer o exemplo de boas práticas já experimentadas e, sobretudo, relacionar-se directamente de modo a envolver os seus recursos (humanos, financeiros, de diálogo social e civil) com humildade e sem sobranças.

Sem sobrança nem solidariedade paternalista. Que **colonialismo de solidariedade** nem é solidariedade nem deixa de ser colonialismo.

Por isso, Sociedades Civas Organizadas europeias e latinoamericanocaribenhas, aqui em III Encontro, demos as mãos (juntos e iguais; livres e fraternos) para que seja erradicada ou ao menos aliviada a exclusão de tantos irmãos nossos. Em qualquer das suas formas toda a exclusão de seres humanos é injusta, desumana e contrária a todo o direito e dignidade do Homem.

É um enorme desafio, é certo. Exige sonho e determinação. Mas *“O homem sonha, Deus quer, a obra nasce”*, como escreveu um poeta da minha terra.

Eu sonho. Deus queira. E vós não desistais de insistir.

P. Vítor Melícias

México, 14 de Abril de 2004